

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Crise	2
Título: Incertezas agora, incertezas depois.....	3
Título: » Sai pra lá.....	5
VEÍCULO: O Globo.....	6
Título: O consumo brasileiro de etanol está caindo 45% por causa da crise do petróleo.....	6
Título: Justiça proíbe corte de energia por 90 dias	6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/04/2020****Seção: Colunas****Autor: Roberto Rodrigues****Título: Crise**

Hoje é domingo de Páscoa. Mas será diferente de todos os outros anos. Muita gente mergulhada no confinamento não vai ganhar nem presentear ovos de chocolate aos seus queridos. A prioridade de todos nós do campo e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) agora é abastecer, com a engrenagem que vai da roça ao consumidor. Esta longa cadeia de abastecimento, por sua vez, é impulsionada por um poder superior, a natureza. É ela que diz a hora de plantar, de cultivar e de colher, de transportar e distribuir, que determina o ciclo fundamental do trabalho rural, o ciclo da vida, ao qual os agentes da cadeia de abastecimento se adaptam. Por isso agricultura e abastecimento estão sempre juntos. E o Mapa vem trabalhando competentemente para desmanchar todo “nó” que estrangule qualquer elo das cadeias produtiva e de abastecimento.

Dada a grandeza da crise, nem sempre isso é possível. Há problemas quase incontornáveis, como o que aconteceu com os produtores de flores: não tem mais eventos, nem festas, nem celebrações importantes que são os grandes demandantes de flores. Até casamentos estão sendo adiados... Portanto, o mercado sumiu. Será necessário socorrer esse segmento com um crédito especial, barato e de longo prazo para evitar a quebradeira geral de seus heroicos produtores. Frutas e verduras passam por problemas semelhantes: quando estão maduros, precisam ir ao mercado imediatamente, caso contrário apodrecem. E os sistemas de distribuição não funcionam agora como em tempos normais. Medidas em sua defesa devem também acontecer. Mas nenhum setor está causando mais dor de cabeça do que o canavieiro, por diversas razões: ocupa mais de 9 milhões de hectares em centenas de municípios em todo o País, emprega milhares de pessoas ao longo da cadeia produtiva e movimenta uma economia gigantesca.

O que aconteceu com esse importantíssimo setor? Depois de alguns anos muito ruins, seja por erros de governo (como o governo Rousseff que tentou evitar a inflação segurando artificialmente os preços dos combustíveis e assim quase quebrou a Petrobrás e a agroenergia) ou por acidentes de mercado (com pesados subsídios em anos anteriores, os produtores indianos de cana e de açúcar aumentaram a produção e “encheram” o mercado açucareiro, derrubando os preços), havia uma expectativa favorável para 2020: no começo do ano estava clara uma retomada da economia canavieira porque os estoques mundiais de açúcar tinham caído e os preços vinham reagindo, a demanda por

etanol estava aquecida com a melhora do ambiente econômico interno e o clima chuvoso indicava alta produtividade agrícola. Os empresários se preparavam para fazer investimentos em tecnologia e em equipamentos e nas regiões canavieiras havia muito otimismo.

De repente, essa esperança derreteu no rastro do coronavírus e do estranho embate entre Arábia Saudita e Rússia que derrubou os preços do petróleo para menos de US\$ 30 o barril. Ora, com a pandemia, ninguém sai de casa e o consumo de etanol caiu 60 a 70%, dependendo da região, e o produto encalhou nas usinas. E como seu uso só é viável até custar 75% do preço da gasolina nas bombas, vai perdendo competitividade com a queda do valor do petróleo. Foi uma impressionante mudança de cenário em muito curto espaço de tempo. Várias medidas paliativas vêm sendo estudadas pelo governo junto com o setor. Uma delas é colocar para funcionar a Cide, taxa que foi criada exatamente para enfrentar crises como essa: incidindo sobre a gasolina, melhora a competitividade do etanol. Outra é não cobrar PIS/Cofins dos produtores. Estas duas medidas durariam enquanto durarem os efeitos do covid-19 e depois seriam revogadas.

Medida muito importante é o financiamento de estocagem de etanol: se o consumo continuar muito baixo, certamente o produto terá que ser estocado, e talvez por muitos meses. Sem vender, como sobreviveria o produtor? O estoque financiado reduz este descasamento. Mas atenção: como esse crédito só é dado ao industrial, a condição necessária para concessão do recurso é que o industrial pague em dia seu fornecedor de cana. O CBio previsto no RenovaBio também ajudaria muito, mas só deve funcionar no ano que vem... Linhas de crédito para realizar a safra ou mesmo para o plantio de cana são outra alternativa, desde que com prazo longo, visto que a cana-de-açúcar é uma cultura semipermanente, e depois de plantada fica no terreno por até 8 anos. São medidas que demandam rápida solução, porque a safra não espera. Felizmente a competente ministra Tereza Cristina conhece muito bem o assunto e está trabalhando para encaminhar algumas das soluções apresentadas. Feliz Páscoa a todos.

EX-MINISTRO DA AGRICULTURA E COORDENADOR DO CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Incertezas agora, incertezas depois

Não é verdade que todos estejam preocupados somente em como atravessar essa pandemia, pouco ligados ao day after. Não há quem também não se pergunte sobre o que será do emprego e do ganha-pão; o que será da evolução da economia e do patrimônio familiar, hoje em pandarecos. A maioria dos consultores, dos chefes de economia dos bancos e dos administradores de finanças vem apresentando suas projeções. Nesta segunda-feira, o Banco Central divulgará, no meio de outros itens do Boletim Focus, as novas estimativas de cerca de 100 desses rastreadores permanentes da economia que, há uma semana, já apontaram para uma queda de 1,18% do PIB.

Na última quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confidenciou a senadores que, se a crise se estender até depois de julho, a queda do PIB do Brasil em 2020 poderá chegar a 4%. E este é número cada vez mais sujeito às revisões da hora. Não há certeza sobre nada. O que há são torcidas e algumas apostas. Como há, por exemplo, a aposta em que a economia da China, em franca recuperação, será a primeira locomotiva a voltar a puxar os vagões do resto do mundo, ainda neste segundo trimestre.

O pressuposto é o de que não haverá recaídas graves, o de que o ataque do coronavírus desta vez não acontecerá em ondas, como se vê nos terremotos. Mas é uma hipótese que os epidemiologistas não garantem como certa. Até mesmo uma megaoperação junta cacos, poderá ser confusa e fortemente complicada, a começar pelo inevitável enfrentamento da desorganização das contas públicas. Mesmo depois do destravamento dos cofres federais, as finanças dos Estados e municípios sairão da crise ainda mais enfraquecidas do que já estavam.

Grande número de empresas estará quebrada ou perto disso. O desemprego e a derrubada da renda familiar continuarão a asfixiar o mercado consumidor. Não é verdade que o Tesouro tudo pode, como às vezes alguns fingem acreditar. Tesouro nenhum cria renda. Apenas distribui ou deixa de distribuir o que acaba chegando até ele. Aumentarão as pressões por aumento de impostos. Mas como arrancar mais arrecadação de uma sociedade que perdeu tanto patrimônio e tanta renda?

Nessas horas, sempre aparece a ideia de sobretaxar os mais ricos. O problema é que, se isso estivesse para acontecer, seria inevitável uma corrida ao dólar. E, ninguém se iluda, trata-se de um dos impostos mais difíceis de arrecadar. Os grandes proprietários de terras, de imóveis urbanos e de participações acionárias teriam de despejar de repente um pedaço de seu patrimônio no mercado para ficar em condições de recolher ao Fisco os novos impostos que passariam a ser cobrados? Ah, então vamos à emissão de moeda? É uma opção.

Mas, novamente, ninguém se iluda: seria a mais cara para o trabalhador, dada a tesourada real dos salários e das pequenas rendas que a ela se seguiria. A paralisação da economia, tanto a que já aconteceu quanto a que ainda está para acontecer, produzirá certo número de vítimas entre as empresas, especialmente no segmento dos pequenos negócios. Embora a maioria dos bancos se disponha a melhorar as condições dos empréstimos, será inevitável aumento da inadimplência entre os que terão de honrar créditos bancários.

E isso significa que o Banco Central poderá ter de ajudar certas instituições financeiras a aguentar o tranco. A recuperação poderá ser dolorosa, mas a partir do momento em que prevalecer a convicção de que a pandemia terá ido embora, tudo poderá ficar mais suportável. O problema é que não há como garantir nem isso, porque o País está sem comando. Se no momento não há liderança nem na estratégia de enfrentamento de uma crise tão grave, também tende a faltar na hora de recolocar a casa em ordem.

Confira

» G-20 não avançou O encontro dos ministros de Petróleo e Energia do Grupo dos 20 deixou tudo no ar. O documento final não fala em novos cortes de oferta. Assim, não se sabe como e quando o mercado de óleo conseguirá se reequilibrar. Mesmo o número de 10 milhões de barris diários que ficaram para ser cortados pelos membros da Opep pode não ser atingido. O México concordou em reduzir 100 mil barris diários em vez do corte de 400 mil que lhe foi pedido. Por enquanto, o ajuste está para ser feito com redução de preços.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2020

Seção: Colunas

Autor: ALINE BRONZATI E ANNE WARTH

Título: » Sai pra lá.

Coluna do Broadcast

Ao reeditar um empréstimo bilionário para as distribuidoras de energia, o governo se adiantou a movimentos 'oportunistas' que ocorreram no passado. Dessa vez, quem migrar do mercado regulado (ACR) para o mercado livre (ACL) terá de carregar, obrigatoriamente, os custos do financiamento. Os empréstimos da conta-ACR foram firmados há cinco anos e somaram R\$ 21 bilhões. Eles foram um dos principais itens que contribuíram para um tarifaço de 50% a mais nas contas de luz em 2015.

» Era o que faltava. O tarifaço foi um incentivo para a migração de consumidores ao ambiente livre. Com esse movimento, o custo do empréstimo,

embutido nas tarifas, era “herdado” pelos consumidores do mercado regulado. Isso permitiu às comercializadoras praticarem preços 25% menores do que os das distribuidoras. Com os juros e o prazo de pagamento de cinco anos, o financiamento custou R\$ 37 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O consumo brasileiro de etanol está caindo 45% por causa da crise do petróleo.

Caso nada seja feito, iremos perder o protagonismo no mercado mundial de biocombustíveis, uma cadeia que envolve 70 mil produtores rurais que cultivam cana-de-açúcar. Bolsonaro não deu um “piu”.

Já nos EUA, que virou mais recentemente um grande produtor de etanol, o negócio é diferente. Trump aborda o tema quase todo dia, e joga duro. Está ameaçando criar um imposto, uma barreira alfandegária, penalizando o petróleo saudita e russo para proteger o produtor americano de petróleo de xisto e etanol.

Destruindo o passado...

É mais um retrato de que o país anda para trás em alguns assuntos.

Afinal, a ideia de usar etanol em alta escala para mover veículos nasceu no Brasil em 1973, com o lançamento o Pró-Álcool.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2020

Seção: Especial

Autor:

Título: Justiça proíbe corte de energia por 90 dias

Desembargador avalia que manutenção do fornecimento é fundamental durante a pandemia

Por decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, os cortes de energia estão suspensos por 90 dias. Uma resolução anterior havia considerado que concessionárias poderiam suspender o fornecimento de luz ao comércio não essencial em caso de falta de pagamento. No entanto, o desembargador Claudio de Mello Tavares a revogou, apedido da Assembleia Legislativa.

Na decisão, o magistrado afirma que o serviço deve ser mantido por uma questão de saúde e para preservação da vida. Ele lembrou a crise econômica imposta ao Estado do Rio pela pandemia do coronavírus.

“A excepcionalidade da situação gerou a retração da produção e, consequentemente, o comprometimento da renda do trabalhador, pois grande parte das empresas não tem mais faturamento e outras, diante das suas especificidades, como as de lazer e turismo, encontram-se paralisadas”, diz trecho da decisão, que reforça não se tratar de um estímulo a descumprimentos contratuais:

“Não se pretende, aqui, estimular a inadimplência dos usuários, até porque sabemos a necessidade de a concessionária arrecadar recursos para prestar à comunidade um serviço adequado, seguro e eficiente. Contudo, cuida-se de uma situação excepcionalíssima que, dada a sua própria natureza, precisa ser tratada de forma distinta’..

A medida destaca que a Lei estadual nº 8.769, que proíbe o corte durante a pandemia, é legal. Além disso, a decisão destaca a validade de uma iniciativa semelhante da Aneel, a agência que regula o setor.

MME / ASCOM .